

# **CERIMÓNIA DE ENTREGA DE 22 HABITAÇÕES NA URBANIZAÇÃO NOSSA SENHORA DE FÁTIMA**

**Praia da Vitória, 21 de dezembro de 2017**

## ***Transcrição da intervenção do Presidente do Governo Regional dos Açores, Vasco Cordeiro***

Esta cerimónia significa a celebração dos contratos e a formalização desta parceria à volta destas 22 casas que hoje são formalmente disponibilizadas aos seus rendeiros.

Trata-se de um investimento de 2,1 milhões de euros que se integra num trajeto que temos seguido ao longo dos últimos anos. Um trajeto que, no caso da Região Autónoma dos Açores, significou, nos últimos quatro anos, um investimento público de cerca de 50 milhões de euros por todas as ilhas, apoiando cerca de 4.000 famílias açorianas na realização deste direito à habitação.

Isso aconteceu nos últimos quatro anos, na última legislatura, como também tem tido continuidade nesta legislatura, em que, neste primeiro ano, foram já investidos cerca de 14 milhões de euros, ajudando cerca de 2.600 famílias açorianas.

É uma opção política e uma atuação que se concretiza, quer nesse investimento, quer num conjunto de outras áreas, nomeadamente com a construção, no próximo ano, de mais 100 casas em várias ilhas da nossa Região.

Mas também com aquilo que é um trabalho que o Governo está a desenvolver de alteração do regime jurídico da atribuição de apoios à recuperação de habitação degradada, que pretende fazer corresponder esse instrumento de apoio às famílias com uma nova realidade que vivemos na nossa Região, em termos da disponibilidade de habitação. Pretendemos, com esta alteração do regime jurídico, criar mais e melhores respostas para esta situação.

Mas eu queria nesta breve intervenção dirigir-me aos nossos parceiros.

A primeira coisa que eu gostaria de esclarecer em relação a esta cerimónia que aqui nos reúne é que esta não é uma cerimónia de entrega de casas. Eu gostava que este aspeto ficasse, particularmente, esclarecido e compreendido: esta não é uma cerimónia de entrega de casas!

Nem o Governo, nem a SPRHI, nem a senhora Secretária, nem eu, como Presidente do Governo, nem o Senhor Presidente da Câmara, estamos a dar casas. Não é isso que está a acontecer neste momento.

O que está a acontecer, neste momento, é algo tão simples quanto isto: o Governo tem a responsabilidade de gerir o dinheiro que os Açorianos pagam através dos seus impostos; o Governo decidiu que uma fatia desse dinheiro seria para a construção de habitações; elas estão construídas e o Governo decidiu que havia de celebrar um contrato de

arrendamento com os senhores, mediante o qual pagam uma renda e têm direito a usufruir destas habitações.

Este aspeto, na sua simplicidade, quer dizer um pouco mais do que apenas a sua simplicidade. É a realização do direito à habitação. No vosso caso, é a realização do direito à habitação, não apenas por aquilo que ele encerra de comando constitucional, mas também porque os senhores estão a pagar uma renda e, portanto, têm esse direito.

Este aspeto, para mim, é particularmente relevante, quer naquilo que se entenda desta cerimónia de hoje, quer naquilo que é o próprio formalismo desta cerimónia. Este envelope que têm na vossa mão tem uma cópia do contrato de arrendamento e a chave da habitação com a qual foi celebrado esse contrato de arrendamento.

O facto de este ser um contrato e o facto de este ser, também, a realização do direito à habitação tem uma outra parte, que é a parte dos deveres.

A parte do dever encerra-se naquilo que tem a ver com as vossas obrigações como rendeiros e, também, com aquilo que tem a ver com a circunstância muito particular de quem é o senhorio. Não sou eu, Presidente do Governo, não sou o vosso senhorio, não é o Senhor Presidente do Conselho de Administração, nem a Senhora Secretária, nem o Senhor Presidente da Câmara, nem o Senhor Presidente da Junta.

O vosso senhorio são os cerca de 245.000 Açorianos que vivem na nossa Região. Isso quer dizer que, nesta circunstância, como noutras circunstâncias, o apelo que vos deixo é o de terem uma atenção particular em relação a este aspeto, que, para mim, é particularmente relevante pelos motivos que vos referi.

É relevante porque a realização deste investimento, de outros investimentos que o antecederam e que estão previstos a seguir a este neste local, tem a ver com uma opção que foi tomada, tem a ver com a concretização deste direito e tem a ver com esta relação de parceria que se estabelece.

Esta relação de parceria será aquilo que os senhores quiserem. Esta relação de parceria será aquilo que entenderem, no exercício do vosso direito, no cumprimento dos vossos deveres e das vossas responsabilidades.

Isto acontece aqui, como acontece em qualquer outra parte em que este procedimento é seguido.

É por isso que, para mim, tem muita importância a exata compreensão daquilo que se passa aqui hoje, que é, no fundo, um contrato, uma parceria, uma relação em que, da parte da Região, vos é disponibilizado algo – uma habitação –, mas que, da vossa parte, há também compromissos, deveres e obrigações que devem ser cumpridos.

Portanto, não se trata de dar casas, não se trata de oferecer casas. Trata-se de algo tão simples quanto isto: um contrato, uma parceria que se estabelece.

Faço votos, pois, que esta parceria corra pelo melhor, como acredito que correrá pelo melhor.

Faço votos para que possam usufruir e, no fundo, realizar esse direito à habitação da melhor forma.

É isso que da nossa parte tentamos que fosse feito.

Resta-me, pois, fazer votos das maiores felicidades pessoais para cada um de vós e para as vossas famílias e desejar, também, a todos um Santo e um Feliz Natal e um ano de 2018 com tudo de bom.

Muito obrigado!